



## A FREGUESIA DO CAMINHO NOVO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA RIQUEZA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

*The Parish of Caminho Novo and the spatial distribution of wealth in the first half of the 18th century*

*La paroisse de Caminho Novo et la répartition spatiale des richesses dans la première moitié du XVIIIe siècle*

Rafael Laguardia<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é verificar como ocorreu a distribuição da riqueza nas sesmarias da freguesia do Caminho Novo no século XVIII e investigar a existência de um padrão espacial da riqueza. Tal objetivo será buscado através da medição do condicionamento de aspectos físicos e geográficos na configuração do padrão espacial das sesmarias através da ideia de vantagem competitiva natural. Para tanto, faremos uso de fontes fiscais, bem como de cartografia histórica e de bibliografia de referência. A abordagem metodológica adotada é o georreferenciamento de informações sobre essas fontes através do uso dos softwares do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Assim, esperamos alcançar respostas para a questão motivadora desse estudo e, ainda, verificar a validade do uso dessa tecnologia aplicada às pesquisas históricas.

**Palavras-chave:** Caminho Novo. Dízimos. Sesmarias. Georreferenciamento.

**Abstract:** The aims of the present research are to assess how wealth distribution happened in sesmarias of "Caminho Novo" parishes, in the 18th century and to investigate the existence of a spatial wealth pattern by measuring the conditioning of physical and geographical aspects based on the configuration of the spatial pattern of sesmarias, according to the sense of natural competitive advantage. In order to do so, fiscal sources will be used, as well as historical cartography and bibliography references. The adopted methodological approach lies on the georeferencing of information about these sources in Geographic Information System (GIS) software. Thus, we hope to reach answers to the question motivating the present study and to check the validity of applying this technology to historical research.

**Keywords:** Caminho Novo (Path). Tithes. Sesmarias. Georeferencing

**Résumé:** Les objectifs de la présente recherche sont d'évaluer la répartition de la richesse dans les sesmarias des paroisses du "Caminho Novo" au XVIIIe siècle et d'étudier l'existence d'un modèle de richesse spatiale en mesurant le conditionnement des aspects physiques et

---

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rafael.laguardia@nt.universo.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4434437830455815>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7998-2665>.

géographiques basés sur la configuration du modèle spatial des sesmarias, selon le sens de l'avantage concurrentiel naturel. Pour ce faire, des sources fiscales seront utilisées, ainsi que des références cartographiques et bibliographiques historiques. L'approche méthodologique adoptée repose sur le géoréférencement des informations relatives à ces sources dans un logiciel de système d'information géographique (SIG). Nous espérons ainsi obtenir des réponses à la question qui motive la présente étude et vérifier la validité de l'application de cette technologie à la recherche historique.

**Mots-clés:** Caminho Novo (Chemin). Dîmes. Sesmarias. Géoréférencement

## Considerações iniciais<sup>2</sup>

O objetivo deste artigo é verificar a influência geográfica - aspectos físicos entre distâncias, relevo e solos – sobre a organização espacial de elementos econômicos como mão de obra escrava, fiscalidade e estrutura fundiária em sesmarias da freguesia do Caminho Novo entre 1716-1751, região fundamental para o fluxo de pessoas e produtos entre Minas e o Rio de Janeiro. As fontes utilizadas são registros de Capitação de 1715 e 1716<sup>3</sup>, quando o Caminho era aberto e iniciava sua função de render proventos para contratadores; e os dízimos<sup>4</sup> de 1751. O método para desenhar essa história é a espacialização de dados de fontes históricas e o cruzamento entre esses e outros dados da geografia física (relevo, declividade, rios e solos), através do Sistema de Informação Geográfica (SIG)<sup>5</sup>.

Cabe, antes, abrir um parêntese, a fim de balizar nossa discussão, precisamos passar, muito brevemente, pelo que consideramos como riqueza. O conceito de riqueza teve suas definições transformadas ao longo do tempo e do espaço, desde a antiga *Hélade* e os poemas de Homero (TABOSA, 2014) até a quantidade de terras do período feudal (HUBERMAN, 1972, p. 38), chegando ao crescimento do comércio, como riqueza em quantidade de moedas, nos preceitos mercantilistas. Essa, aliás, foi a perspectiva econômica predominante no século abordado neste texto. Todavia, em uma dicotomia que refletia a “disputa” entre *urbs* e *ruris*, enquanto os mercantilistas apostavam na moeda e balança comercial favorável, os fisiocratas

---

<sup>2</sup> A atual comunicação é subproduto de pesquisa realizada em minha tese de doutorado LAGUARDIA (2015).

<sup>3</sup> A capitação teve uma única cobrança na região entre a serra da Mantiqueira e o sítio Três Irmãos, pois cerca de 15 roceiros do Caminho Novo fizeram uma solicitação à Coroa entre 1736 e 1738 com a justificativa de que suas terras não eram minerais. Assim, a cobrança da capitação era *indevida*. Dessa forma, sua solicitação foi atendida. ABU-Conselho Ultramarino - Brasil/MG-Cx: 35, Doe 24. Logo, um outro grupo de fontes será adicionado ao nosso recorte: os dízimos.

<sup>4</sup> “Os dízimos são um imposto arrecadado por particulares a partir de leilão público promovido pela província das Minas, a partir de 1715” (CARRARA, 2003).

<sup>5</sup> O uso do SIG em história conta com mais de duas décadas e limitações e possibilidades de abordagem metodológica podem ser consultada em importante e ampla bibliografia. Para mais informações ver: Laguardia (2015); Valencia e Gil (2017); Gregory (2007); Knowles (2008), entre outros.

creditavam à terra como a principal fonte de riquezas. Ainda, naquele século, Adam Smith, em uma análise que se pode chamar de moderna sobre teoria econômica, atribuiu que “a riqueza poderia tomar a forma de mercadorias (reproduzíveis) vendáveis. Se os possuidores de riqueza a gastassem de maneira produtiva, em novos investimentos, a riqueza aumentaria...” (BOTTOMORE, 1983, p. 195). A discussão se estendeu a outros clássicos como David Ricardo e Karl Marx e a interpretação mais apurada como “valor de uso” e “valor de troca”, entre muitas outras repercussões, por exemplo. Não aprofundaremos essa discussão, que ficará sempre melhor em textos de história do pensamento econômico. Mas, buscar não perder de vista o contexto do conceito de riqueza, isto é, o período histórico em foco. Outras pesquisas podem ser destacadas quando tratam esse tema, mas são mais comuns para o século XIX, segundo Schettini (2018, p. 58), analisando a historiografia da região da Zona da Mata Mineira,

Conforme Mônica Ribeiro de Oliveira (2005), a expansão da produção cafeeira da Zona da Mata mineira teria ocorrido nas primeiras décadas do século XIX, acelerando a partir de 1850; todavia o grande auge produtivo aconteceu no início do século XX. De acordo com Anderson Pires, em 1847 e 1851, a Mata mineira obteve uma participação de quase 100% proporcional à produção geral de café do Estado. Ana Lanna afirma que, sendo a Zona da Mata mineira apenas 5% do território do Estado de Minas Gerais, a região se beneficiou pela aproximação do Vale do Paraíba Fluminense, considerado anteriormente o maior produtor de café do país, como também por suas adequações ao produto...

A autora interpreta da seguinte forma, “vemos que a dinamização comercial da região se dá em função da agricultura que passa a ser seu carro chefe”<sup>6</sup>. Uma forma de medir a riqueza de uma sociedade, nestas páginas, foi através do uso das fontes fiscais. Isto é, maiores impostos relacionam-se a maiores volumes e quantitativos daquilo que é taxado. Entre as fontes fiscais, destacamos os dízimos, importante fonte de interesse da Coroa<sup>7</sup>. Em Minas

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre a história econômica da região no século XIX ver: Lanna (1986); Pires (2009); Almico (2014); Oliveira (2005); Freire (2009), entre outros.

<sup>7</sup> A importância dos dízimos pode ser mensurável, entre muitos outros casos, por se tratar também de um meio de buscar apoio do lado de lá do Além-mar para os conflitos de terras aqui. Por exemplo, na disputa por terras entre moradores das proximidades do Caminho Novo (Inhomirim) e os jesuítas. Segundo Amantino (2021, p. 345), os moradores denunciavam os jesuítas por um possível interesse em terras dos religiosos, fato que levaria a redução das áreas de plantações dos moradores e estenderia o prejuízo ao próprio rei, pois “deixaria de receber seus dízimos”.

Gerais e, segundo Carrara (2007, p. 188), esse imposto incidia sobre a comercialização da produção:

Em vários lançamentos, o valor do dízimo cobrado de um determinado lavrador relacionava-se à expressão de mantimentos que comprou de [outro lavrador]. Ora, esta expressão sugeria que o dízimo aí cobrado estava a incidir sobre um volume vendido, i. e., posto em circulação. De forma genérica, toda produção agrária lançava-se sob o nome de um lavrador, ao qual era aposto um valor correspondente à décima parte da produção agrícola comercializável...” e assim, "os dízimos não exprimiam toda a produção agrária; deixavam de fora a pequena produção para o autoconsumo. Exprimiam apenas a produção destinada ao mercado.

Assim, a produção agrária para o comércio definia os volumes e quantitativos de serem cobrados pelos contratadores autorizados pela Coroa, à medida que os produtores produzem excedentes para comercialização podemos tomá-los como produtores de riqueza, conforme o contexto. Ainda, que possa existir possíveis limitações quanto a essa perspectiva do que é riqueza, pensamos que tais limitações não impossibilitam aproximações deveras acurada.

Em nossas linhas, definir os espaços de forma comparativa através dos indicadores numéricos, a quantidade de dízimos pagos ou a capitação, definem a maior riqueza. Isto deixa perguntas como: por que algumas áreas/produtores comercializavam mais do que outras áreas ao longo da mesma freguesia Caminho Novo? Não é nosso propósito responder a esta questão aqui, mas somente destacar essas riquezas comparativamente, o que já é o primeiro passo para sanar essa e outras possíveis questões. Portanto, a definição desses espaços terá por base os números apresentados nas fontes. Fontes, aliais, que foram consultadas a partir da obra de Carrara (2007). Será justamente no comparativo dos números dessas fontes que encontraremos a noção de riqueza de que tratamos nas linhas a seguir.

Cabe ainda um outro parêntese, por conta desses mesmos números, principal informação da fonte histórica, não há como abrir mão das ferramentas e técnicas estatísticas da história quantitativa; aplicadas e muito bem-sucedidas em análises desde os principais nomes da segunda geração dos Annales. Sabemos das críticas que a pesquisa quantitativa enfrentou, mas nesse caso e tipo de pesquisa, ressaltamos sua eficiência em nosso objeto e tema de estudo. Aqui, uma vez que buscamos compreender a divisão da riqueza no espaço, com o uso de dados mensuráveis, queremos identificar os padrões e sinalizar as tendências para sínteses, típicas da história econômica. Todavia, cabe destacar uma significativa

diferença, esses padrões não são revelados por meio de gráficos, tabelas ou séries temporais, como a história quantitativa mais tradicional demonstrou. Mas, sim, em uma nova visualização na forma de cartografia digital, ou seja, por meio de uma história que faz o georreferenciamento das informações de suas fontes históricas em busca do entendimento dos padrões, essencialmente permanências e rupturas, espaciais da riqueza no espaço – a proposta deste estudo.

**Figura 1:** O Caminho Novo definido por sesmarias - XVIII



Figura 1: Recorte do MAPAS da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco. [17--]. 3 mapas ms, desenho a tinta ferrogálica, 52,5 x 64. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543743/cart543743.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543743/cart543743.pdf).

Assim, iniciamos esse artigo com a figura de um mapa que não se trata de ilustração. Mas que apresenta nessas linhas, uma imagem que será, antes, o ponto de partida da análise. As figuras que representam informações históricas no espaço auxiliam-nos a pensar continuidades e rupturas dentro do processo de uso e ocupação do solo. Vejamos a primeira figura.

Um detalhe que pode chamar a atenção na cartografia histórica é a toponímia e não uma linha ou tracejados em que figurariam o Caminho Novo. Apesar da fonte históricatentar repersentar, aspectos físicos e geográficos, tais como: morros e rios, assim como a tentativa

de traçado, ainda que esquemático, do curso do rio Paraíba - o maior rio na mesma direção do novo caminho.

Logo, vejamos os dados da fonte histórica das sesmarias concedidas, daquelas que listaram a cobrança da capitação em 1716, conforme Quadro 1<sup>8</sup>:

**Quadro 1:** Capitação 1716<sup>9</sup>

PROPRIETÁRIOS	A	B	C	D
MATIAS BARBOSA	12	Grande Roça	12000	
SIMÃO PEREIRA	10	Grande Roça	12000	
ANTONIO MOREIRA DA CRUZ	9	Sítio	10000	
JOSE DE MEDEIROS	10	Sítio	8000	
JOSÉ DE AZEVEDO	15	Sítio, roça e venda	7000	
TOMÉ CORREIA	22 <sup>10</sup>	Duas Roças unidas	7000	
AGOSTINHO DE PINHO	5	Sítio de venda e estalagem	6000	6
DOMINGOS GONÇALVES E PEDRO ALVES	7	Sítio	6000	6
JOSÉ DE QUEIRÓZ	5	Sítio	6000	
MANOEL DE ARAÚJO	6	Sítio	6000	
JOSÉ DE SOUZA FRAGOSO	8	Roça do sargento mor	3000	
LUIS FERREIRA	3	Sítio	2000	
DOMINGOS RODRIGUES DA FONSECA		Sítio de Mantimentos		25
GARCIA RODRIGUES PAES LEME		Quatro Sítios		100

**Fonte:** Capitação 1715-1716

Esses nomes representam aqueles que colonizaram, oficialmente, o Caminho Novo, uma vez que nem toda sesmaria concedida era efetiva em cumprir com sua função social (MOTTA, 1998, p. 430). Sobre as áreas das propriedades, do total de doze, pelo menos dez foram concedidas como sesmarias. Com exceção de Antônio Alves Costa, cuja medida não está identificada, 30.000 braças foram distribuídas ao longo do Caminho Novo, desde que considerada a medida da concessão de 3.000 braças<sup>11</sup>. Percebe-se, desde o início

<sup>8</sup> Procedeu-se à identificação do nome do proprietário, da quantidade de escravos, da designação da propriedade, do valor da propriedade e do tipo de uso (comercialização e/ou hospedagem). Além desses elementos, tem-se ainda o meneio, isto é, o valor, em Cruzados, pago quando a quantidade de escravos era ultrapassada, segundo alguns critérios identificados pelo contratado. Vejamos um exemplo de como tal informação é encontrada, na fonte: "Agostinho de Pinho [sesmeiro], com cinco escravos e um bom sítio com venda e estalagem no dito caminho, avaliado o dito sítio em 6.000 cruzados [isto é, 2.400.000 réis] e portanto, lançado em mais seis escravos [isto é, cobrava-se de capitação um escravo a mais para cada 1.000 cruzados de rendimento; este tipo de cobrança sobre o rendimento de uma roça chamava-se "de meneio".

<sup>9</sup> Abreviaturas: A: número de escravos; B: designação da propriedade; C: valor em cruzados; D: lançado em escravos (meneio)

<sup>10</sup> Trata-se de duas propriedades, como constata no documento da Capitação: A roça do alcaide-mor Tomé Correia em que assiste Francisco Frazão com 14 escravos e outra roça que fica junto à mesma, pertencente também ao dito alcaide, com 8 escravos de serviço; as duas roças, juntas, foram avaliadas em 7.000 cruzados;

<sup>11</sup> A única variação encontrada nesse número foi a sua metade em 1500 braças. Segundo a própria distribuição das sesmarias para o Caminho do Mato (Novo), podemos considerar 3.000 braças, ou uma légua por três léguas de sertão ou 9000 braças o padrão de distribuição das propriedades. O qual torna, nesse período relativo, a ideia

desse estudo, que o traçado do Caminho Novo é marcado (ou seria melhor dizer, planejado?) não por uma linha com direção e sentido, mas sim por uma sequência de nomes de proprietários, lançados um após o outro. Isto é, foram as propriedades que definiram o Caminho.

Além dos nomes, percebe-se o desenho de elementos da geografia física. A marcação desses elementos em detrimento de outras informações pode ser indício da existência de um condicionamento de escolha das terras e de organização espacial dessas propriedades em função dos recursos disponíveis gerados por aspectos físicos geográficos. A propensão ao condicionamento do meio físico é uma prática natural da herança de conhecimento característico da civilização rural, o qual é marcadamente conhecido como Geo-história, exemplificada na primeira parte da obra de Braudel (1949). Esse fenômeno reforça, de forma lógica, a escolha espacial das sesmarias no novo caminho. Elas balizam o Caminho Novo que, por sua vez, foi condicionado pela orientação do rio Paraibuna e por traçados menos acidentados em função do relevo e da travessia de um “mar de morros”. A hipótese concorrente seria uma escolha aleatória, sem nenhuma base no conhecimento adquirido por séculos de embate entre natureza e homem. O viajante Antonil (1982[1711]; Cap. XII) já aconselhava, mesmo sem ser um Senhor de Engenho: “se o senhor do engenho não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus por salões.” Um agente histórico exemplar desse embate foi Garcia Rodrigues Paes, que, ao avançar sobre o sertão e, conseqüentemente, ao experienciar seus perigos internos, ganhou credenciais para a construção do Caminho Novo (ESTEVES 2008, p. 26) . Mas, cabe destacar que não só a rota ou o traçado, mas a localização, em última instância definiu a colonização das sesmarias. Ademais, Antonil instalou-se naquelas paragens com toda sua família e suas terras tornaram-se parada e hospedagem para viajantes do novo Caminho. Portanto, esse homen não só criou um caminho, mas identificou a infraestrutura necessária para colocar fim ao medo que assombrava as primeiras expedições, dada a escassez de alimentos no caminho do sertão, pois as terras do Caminho Novo abasteceriam os viajantes que transitavam entre os portos do Rio de Janeiro e a área mineradora. Segundo Esteves (2008, p. 16 - 26), desde os 13 anos de idade, Garcia Rodrigues Paes subia e descia as montanhas de minas, cruzava seus rios e estabelecia contato com nativos da região, fato que possibilitou, não somente a definição de um novo

---

da grande propriedade, considerando os imensos espaços desabitados do sertão, desde que considerada a guerra contra os nativos, frente ao avanço colonizador.

caminho em relação ao anterior, mas fez uso de sua experiência de vida como sertanista para escolher um caminho com importante vantagem comparativa em relação ao Caminho Velho (LAGUARDIA, p. 309-345; In: VALENCIA e GIL; 2016). Ao encontrar uma melhor região para o caminho, ele contribuiu de forma determinante para a escolha das melhores terras para sesmeiros, que instalaram-se às margens do Caminho Novo, conforme Resende (2009, p. 121),

A expansão dos domínios territoriais, à beira das estradas era um mecanismo de controle das terras e das rotas comerciais constitutivas do mercado interno. A posse das terras mais férteis e melhor localizadas garantia, sobretudo, a sustentação pelos potentados do poder de mando local e do seu prestígio. O acesso aos cargos de oficiais de milícias e ordenança e da administração colonial fortalecia esse poder, definindo os rumos das competições e das disputas por terras.

Visto que as propriedades eram essenciais para o Caminho Novo, percebe-se a comparação da organização espacial através da análise de fontes fiscais vinculadas aos recursos: Capitação e Dízimos. Sobre a fonte histórica Dízimos, segundo Carrara (2007, p.24-25), “Os dízimos são um imposto arrecadado por particulares a partir de leilão público promovido pela província das Minas, a partir de 1715”. Ainda, “Os dízimos correspondem à décima parte da produção agrária mercantil.” (p. 233). O mesmo autor informa em mais detalhes:

Até 1715, os dízimos de Minas Gerais eram administrados e cobrados sob a responsabilidade da Provedoria da Real Fazenda do Rio de Janeiro. A partir de então, passaram a ser administrados pela Provedoria de Minas Gerais, e em 1772, criada a Junta da Real Fazenda, este órgão assumiu os encargos de arrematar a terceiros o a coincidir com o ano civil, e em 1790 o Estado assumiu definitivamente a administração dos dízimos. Os contratadores que permaneceram mais tempo nessa condição foram Manuel Ribeiro dos Santos (1741-1750), João de Souza Lisboa (1750-1759/1762-5) e João Rodrigues de Macedo (de 1777 a 31.12.1783). A série dos dízimos iniciou em 1750, com a documentação do primeiro contrato de João de Souza Lisboa. É importante notar que, até 1790, os livros que a compõem, originalmente pertenciam ao acervo privado dos contratadores, confiscados pela Real Fazenda junto com seus outros bens para a quitação das dívidas geradas pelos contratos. Excetuam-se apenas os volumes escriturados nos dois curtos períodos em que a Real Fazenda ficou encarregada da cobrança. A escrituração corresponde às contas correntes no sistema de partida dobrada, onde eram relacionados todos os lavradores ou criadores por freguesia e o valor correspondente à avença, isto é, ao ajuste entre produtores e cobradores. A escrituração contábil, i. e., o lançamento das avenças e das contas-correntes



dos contratadores, era usualmente feita por comarcas. As avenças a partir de 1805 começaram a ser feitas por freguesias, sem consideração pela Comarca ou mesmo ao termo a que pertenciam. Desse modo, um mesmo livro pode trazer os registros de duas freguesias muito distantes entre si (CARRARA, 1997, p. 176-177)

Carrara identificou uma especificidade da cobrança dos dízimos, o que poderia ocorrer, assim como os proprietários de terras da freguesia do Caminho Novo efetuaram o pagamento da capitação, todavia esse não era um imposto devido para áreas não mineradoras, logo esses proprietários reclamaram e conseguiram o fim dessa cobrança. A seguir, cruzamos as informações dos devedores da Capitação (1715-1716) e Dízimos (1751).

**Quadro 2:** Fontes Fiscais e Localização

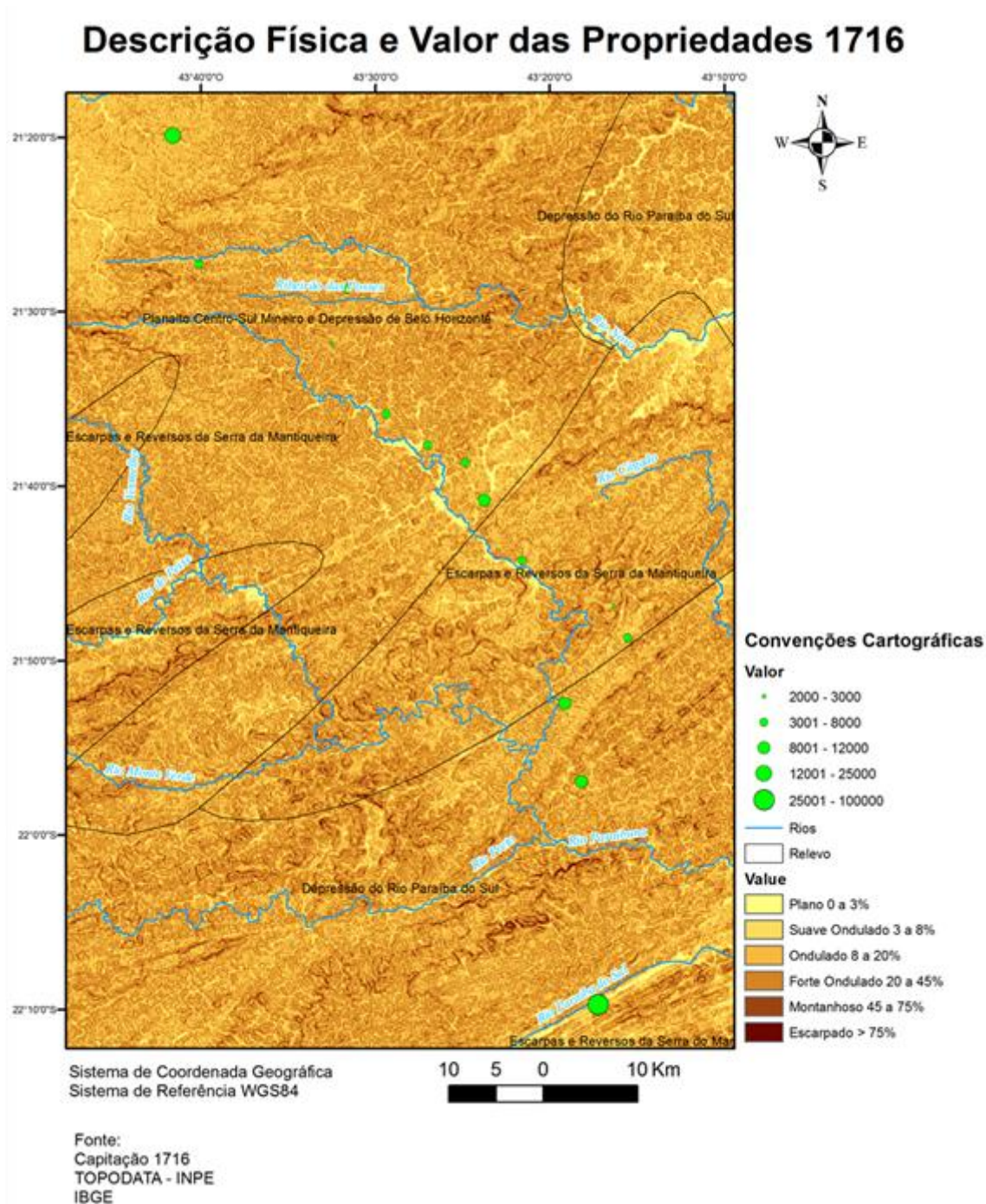
<b>Capitação (1715-1716)</b>	<b>Dízimos (1751)</b>
Garcia Rodrigues Paes Leme	
Simão Pereirade Sá	Simão Rodrigues
Matias Barbosa	José Machado Moraes
Jose De Medeiros	Domingos Gonçalves Chaves
José De Souza Fragoso	Antônio Vidal
Tomé Correia Vasquez	Hipólito Gonçalves Lajes
	João de Araújo Lima
Antônio Moreira Da Cruz	José De Macedo Cruz
José de Queiróz	José Gonçalves de Almeida
José de Azevedo	
Manoel de Araújo Figueira	
Luiz Ferreira	Constantino Ferreira Ribeiro
Domingos Gonçalves e Pedro Alves	
	Francisco Gomes Fernandes
	Manuel Fernandes
	Luiz Alves
Agostinho de Pinho da Silva	Matias Da Silva
José Rodrigues	
Domingos Rodrigues da Fonseca	

**Fonte:** Capitação 1715-1716 e Dízimos de 1750-1751.

No Quadro 2, existe uma correspondência que pode ser considerada estável, do ponto de vista da configuração espacial das propriedades entre 1716 e 1751. O posicionamento espacial das propriedades do Caminho Novo, em forma de coluna, mantém-se de um período para outro. Os nomes nessa lista configuraram a freguesia do Caminho Novo, e definiram a primeira configuração de grandes propriedades que ocupavam faixas de testadas para o rio Paraibuna e/ou para o caminho novo e que dava fundos para os sertões. Esses

proprietários tornaram-se referências para as terras de seus respectivos módulos rurais, o que significou a permanência de alguns desses nomes no tempo e no espaço através da definição do nome de cidades até os dias atuais. Esses nomes coincidiram com as maiores representações de fiscalidade nos módulos rurais e estão representados na Figura 2, a seguir. Teriam aspectos físicos geográficos como o relevo, correspondido aos padrões espaciais econômicos de maior ou menor valor das propriedades? Antes de apresentar a resposta para essa questão, importa destacar que não podemos afirmar que vantagens físicas e geográficas seriam a única e exclusiva razão ou explicação para o desempenho econômico dessas empresas agrícolas, mas que, talvez, aspectos físicos geográficos como distâncias, relevo, declividade, rios e solos tenham sido uma importante variável a ser adicionada à essa equação histórica. Vejamos a Figura 2.

Figura 2: Relevo e Capitação em 1716



Fonte: Capitação (1715-1716); Topodata (INPE); IBGE

## Relevo

A Figura 2 representa, de forma geral, a configuração espacial das primeiras propriedades localizadas no Caminho Novo. Essa configuração dividiu-se em três distintas unidades de Relevo: a Depressão do Rio Paraíba do Sul, ao sul - a parte das terras mais baixas; as Escarpas e Reversos da Serra da Mantiqueira, ao centro; Planalto Centro Sul mineiro e Depressão de Belo Horizonte, ao norte - a parte das terras altas, conforme classificação geomorfológica do IBGE. Essa divisão respondeu aos padrões econômicos dos módulos rurais?

**Quadro 3:** Posicionamento espacial dos Módulos Rurais, 1715-1716

<b>Sul</b>	<b>Centro</b>	<b>Norte</b>
GarciaRodriguesPaes	JosédeMedeiros	AntônioMoreiradaCruz
SimãoPereiradeSá	JosédeSouzaFragoso	JosédeQueiroz
MatiasBarbosadaSilva	ToméCorreiaVasquez	JosédeAzevedo
		ManoeldeAraújoFigueira
		LuizFerreira
		DomingosGonçalvesRamos e PedroAlves
		AgostinhoPinhoeSilva
		Domingos RodriguesdaFonseca

**Fonte:** Capitação 1715-1716 e Figura 1: Cartografia histórica.

A Figura 2 mostra o georreferenciamento da região ocupada, caracterizada pelo terreno ondulado; conforme palavras de Costa Matoso (1749, p. 488): "Do alto dela [serra da Mantiqueira], olhando para trás, vi a distância que tinha andado até a serra do Mar e a infinidade de montes de que se compõe." Diante da assimetria do terreno, comparativamente, percebe-se que as sesmarias que apresentaram melhores resultados na fonte fiscal estavam localizadas nas terras mais suavizadas ou planas, ao Sul, sempre às margens do Caminho do Mato. Outra característica foi a proximidade aos rios; Antonil (1711, p. 42) informa uma possível razão para tal: algumas plantações começam "desde as primeiras águas no fim de fevereiro ou nos princípios de março e se continua até o fim de maio; e nas baixadas e várzeas 'que são mais frescas e úmidas'". Assim, três variáveis a serem contempladas são identificadas: proximidade ao caminho, terrenos mais planos e proximidade aos rios.

Ao considerar-se a avaliação das propriedades no documento da capitação de 1716, é possível identificar o valor médio das propriedades<sup>12</sup> em 8.000 cruzados. Isto indica que três

<sup>12</sup> Para encontrar uma média mais estável, retiramos os dois maiores valores das propriedades que correspondiam a Garcia Rodrigues e Domingos Rodrigues e os dois menores valores das propriedades José de Souza Fragoso e

propriedades foram avaliadas acima da média; uma propriedade na média e seis propriedades avaliadas abaixo da média. As propriedades localizadas nas áreas mais baixas, na Depressão do rio Paraíba do Sul, foram as avaliadas acima da média, com exceção de Antônio Moreira. Em média, as freguesias do Caminho Novo tinham 10 escravos, por propriedade, em 1716. As seis propriedades com os maiores valores de capitação também tiveram seus valores avaliados acima da média. Propriedades com os maiores plantéis de escravos corresponderam, igualmente, àquelas localizadas na Depressão do Paraíba do Sul, e na área central do Rio Paraíba, às escarpas e aos reversos da Mantiqueira.

O Caminho, o rio e as terras mais baixas somam-se em variáveis, que podem ter subsidiado o processo da tomada de decisão; caso contrário, o risco seria de a propriedade ficar isolada, no sertão, e distante dos caminhos e de sua correspondente demanda, a qual efetivaria sua função social. No tocante à correspondência entre informações econômicas e espaciais, observa-se que a área marcada como Depressão do Paraíba do Sul abriga os três proprietários das quatro propriedades com os maiores valores (Tabela 1), com base em informações da capitação.

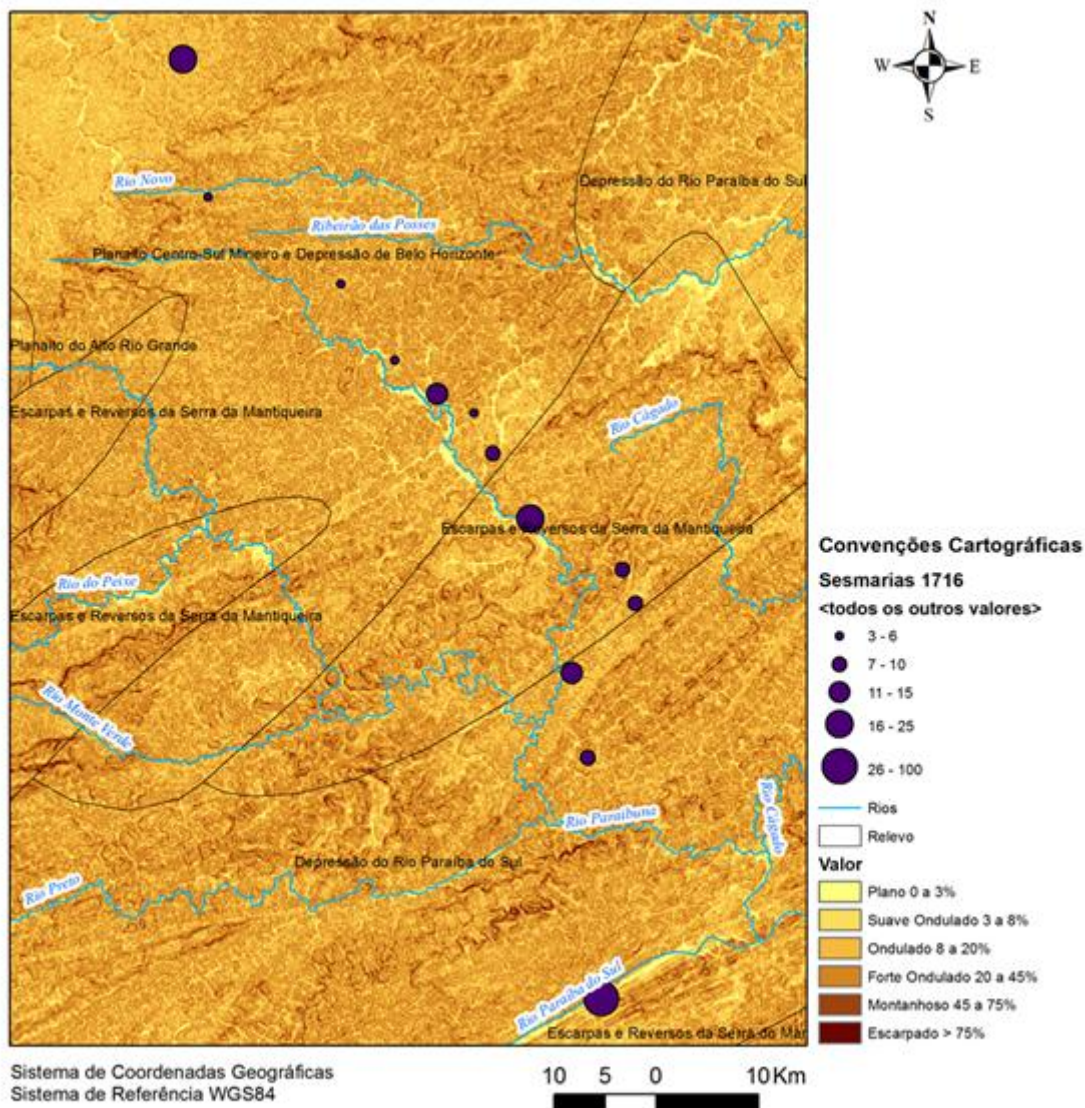
Na sequência, as outras propriedades apresentam valor médio de 6100, e valor máximo de 25000, o qual foi dado à propriedade de Domingos Rodrigues da Fonseca, e valor mínimo de 2000, dado à propriedade de Luiz Ferreira. No centro sul, área que apresenta os maiores valores, vivia o responsável pela abertura do Caminho Novo, o guarda-mor, Garcia Rodrigues Paes Leme. Sua sesmaria apresentava o maior valor na capitação: 100 escravos. Possivelmente, por considerar seu valor no patamar dos 100.000 cruzados, conforme informações da capitação de 1715-1716: “um escravo era lançado em 1.000 cruzados”. A Figura 3 apresenta-nos uma representação da distribuição espacial de escravos, por sesmarias.

---

Luiz Ferreira, que tomariam o valor médio atípico. Isso foi feito tanto para a média dos valores das propriedades como para a média dos plantéis de escravos.

Figura 3: Relevo e escravos em 1716

### Descrição Física e Escravos 1716



Fonte:  
Capitação 1716  
Topodata - INPE  
IBGE

Fonte: Capitação (1715-1716); Topodata (INPE); IBGE

Garcia Rodrigues foi o extremo mais alto nos plantéis de escravos, em 1716, em termos quantitativos; ele ocupa o extremo sul do nosso recorte. A sequência decrescente de maiores plantéis estava no extremo norte do nosso recorte, na qual encontrava-se a propriedade do cunhado de Garcia Rodrigues, Domingos Rodrigues, com um plantel de 25

escravos. Tomé Correia Vasquez, genro de Garcia Rodrigues, ocupou a área central de nosso recorte, ele foi o proprietário do terceiro maior plantel de escravos do Caminho Novo, 22.

## Distâncias

Percebe-se que há uma relação de distância entre propriedades com maiores plantéis de escravos, as quais eram separadas por propriedades com menores números de escravos. As propriedades de Garcia Rodrigues, Tomé Correia e Domingos Rodrigues eram separadas umas das outras por 4 e 7 propriedades, respectivamente. Essa separação também ocorreu com valores da capitação, por exemplo: Tomé Correia Vasquez, na área central, foi substituída por seu vizinho Antônio Moreira da Cruz e por sesmarias de maior valor, ao sul: Simão Pereira e Matias Barbosa. Assim, havia um padrão de separação entre os maiores e menores proprietários. Outro padrão, notadamente espacial, é observado na propriedade de Garcia Rodrigues, a qual esteve a mais de 30 km de seu vizinho mais próximo, Simão Pereira. Tal cenário representa a maior relação de distância entre todos os sesmeiros ao longo de toda a Freguesia do Caminho Novo<sup>13</sup>.

A segunda maior relação de distância espacial encontrava-se ao norte de propriedade de Domingos Rodrigues da Fonseca, que, além de estar quase 20 km de distância, aproximadamente, de Agostinho de Pinho e Silva, seu vizinho mais próximo, impunha o contraforte da serra da Mantiqueira como barreira e divisão natural. Essa é, ainda, a segunda propriedade mais valiosa, tendo em vista a capitação: 25.000 cruzados. Simão Pereira de Sá, apesar de sua distância de Garcia Rodrigues, estava mais próxima de Matias Barbosa e ocupava a Depressão do Rio Paraíba do Sul. Simão Pereira apresentava o a terceira propriedade mais valiosa: 12.000 cruzados, valor idêntico ao da propriedade de Matias Barbosa.

---

<sup>13</sup>Segundo argumentação desenvolvida em POLLIG (2012, p. 150), as terras “em mercê” de Garcia Rodrigues Paes, como recompensa da abertura do Caminho Novo, foi de quatro sesmarias para ele e uma sesmaria para cada um de seus doze filhos. Porém, segundo POLIG, a área que buscava ocupar era também de interesse de outros proprietários e a administração portuguesa passou a conceder terras a vários indivíduos nessa mesma região, não sendo cumpridas, na prática, as concessões de terras. Costa Matoso (1749, p. 487) informa o seguinte ao passar pelas terras de Pedro Dias: “[Garcia Rodrigues] entrou a abrir este caminho do Rio de Janeiro pelo Couto até as Minas, e por este e outros mais serviços e os de seu pai lhe fez el- rei dom Pedro II a mercê de três léguas de terra para cada filho que tivesse na parte do caminho que descobria, que depois tendo vários filhos largou muita parte e ficou só com esta, que é coisa imensa”. “[Pedro Dias] senhor de duas léguas de terreno pelo caminho que vim até a borda deste rio [Paraíba do Sul], de cinco léguas até o Paraibuna, de mais duas léguas até Três Irmãos, e sem medida pela largura por tudo ser sertão”.

Assim, no quadro geral, propriedades nas áreas mais baixas da Depressão do Rio Paraíba do Sul formaram as propriedades mais valorizadas e com os maiores plantéis de escravos. A propriedade melhor avaliada na sequência foi aquela de Antônio Moreira da Cruz: 10.000 cruzados. Sua localização, ainda que às margens do Rio Paraíba, estava em unidades de relevo mais elevadas, localizadas em unidades atualmente classificadas como "Escarpas e Relevos da Serra da Mantiqueira/Itatiaia". Diante do distanciamento entre propriedades restavam ainda as áreas mais altas. Contudo, tal busca por áreas planas e a necessária proximidade ao rio ou ao caminho, traçaram as menores distâncias entre propriedades, no Caminho Novo, pois seguiam o curso do Rio Paraíba. Esses proprietários não tiveram as mesmas prerrogativas que Garcia Rodrigues e Domingos Rodrigues, os construtores e pioneiros do caminho, mas ficaram com os melhores espaços, durante o processo de escolha das terras.

A travessia do Rio Paraíba para o Paraíba do Sul, e da serra para o Rio Paraíba garantia aos viajantes as maiores distâncias de acesso a recursos, e tornou-se parada praticamente obrigatória. A localização permeada de barreiras naturais parece ter sido utilizada estrategicamente, se de fato os aspectos físicos, a distância e o relevo influenciaram o desempenho econômico dessas empresas agrícolas. Mas, e quanto aos tipos de solos, coincidem em padrões espaciais?

## **Solos**

Sobre o tipo de solo, José Vieira Couto é referência do pensamento e do conhecimento da época, pois argumenta sobre os melhores solos:

Se prepara: já os feios monstros, já a indômita gente, que habitavam estes lugares [referindo-se aos nativos], se afastam e nos deixam mais estes novos e fertilíssimos terrenos, que serão objeto de novas culturas, de novas minerações, e de novas riquezas para o estado.

Antonil, em seu tempo e igualmente herdeiro do conhecimento sobre o mundo rural, apresentava sua leitura de uma área ter sido mais ou menos apta para a produção de um tipo de cultura.



As terras boas ou más são o fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. As que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta da cana. Seguem-se, atrás destas, os salões, terra vermelha, capaz de poucos cortes, porque logo enfraquece. As areíscas, que são uma mistura de areia e salões servem para mandioca e legumes, mas não para canas. E o mesmo digo das terras brancas, que chamam terras de areia, como são as do Camamu e da Saubara... De todas estas castas de terras tem necessidade um engenho real, porque umas servem para canas, outras para mantimento da gente e outras para o aparelho e provimento do engenho, além do que se procura do reino. Porém, nem todos os engenhos podem ter esta dita; antes, nenhuma achará a quem não falte alguma destas cousas.

Segundo a classificação identificada por Antonil, é possível categorizar dois tipos de solo em nosso recorte<sup>14</sup>: o solo de “massapê”, encontrado na proximidade das áreas hidrográficas, como o rio Paraíba do Sul; e os "salões", na área identificada por latossolos.

A produção dessas propriedades, de forma geral, poderia ser resumida na paisagem rural de plantações de feijão e milho, como nos informa a pesquisa de Carrara (2007, p. 82), ao citar o Códice Costa Matoso e Cunha Matos:

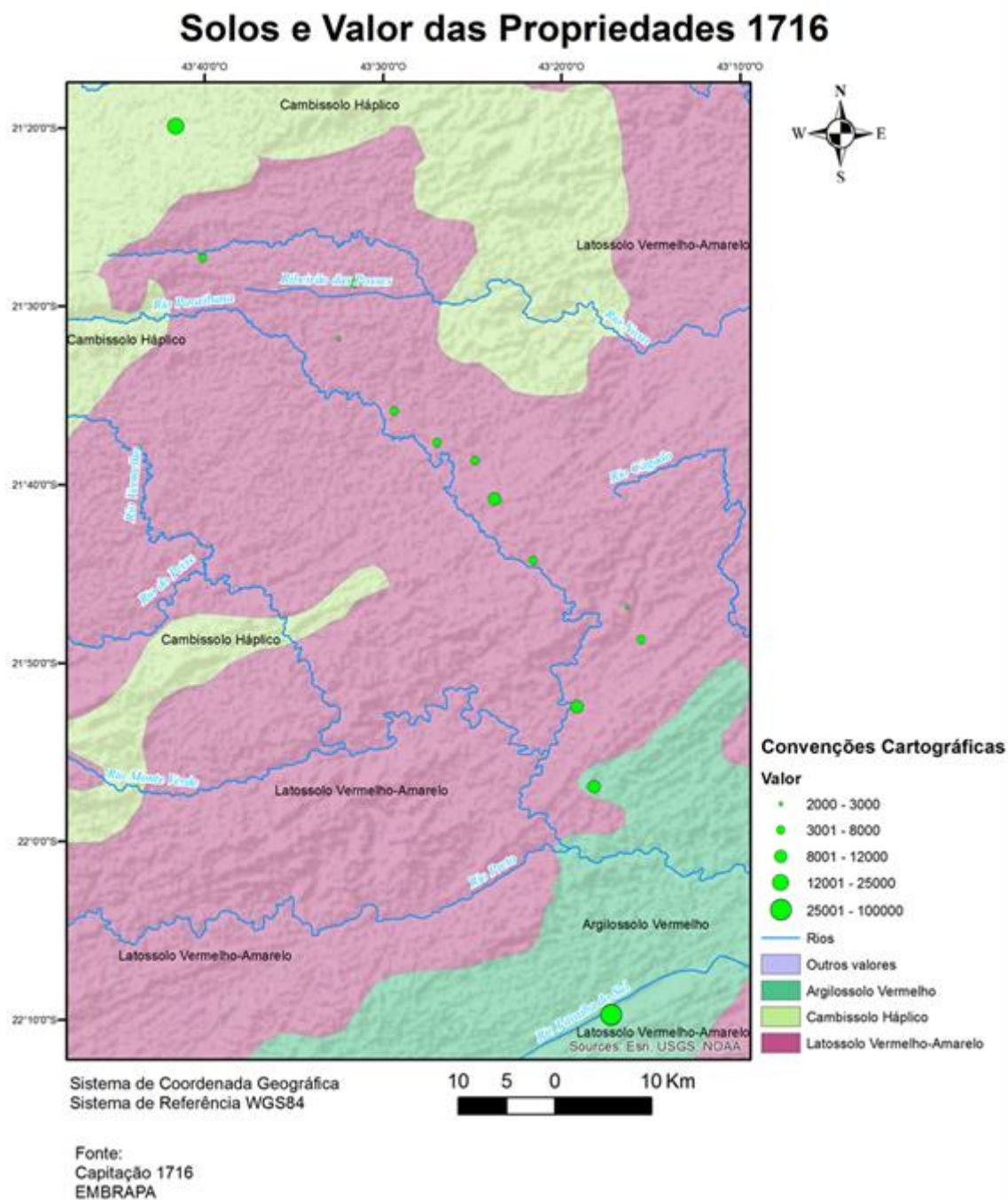
...o milho fora o cômodo e providencial substituto da mandioca para a confecção das farinhas, além de outras variações... A difusão do milho devia a gente de Minas aos paulistas... A facilidade de transporte das sementes e o período mais curto entre plantio e colheita, impuseram-se mais decisivamente sobre o cultivo da mandioca... Cunha Matos anotou que a sementeira de milho rende ordinariamente acima de 80 por um, e em lugares de mato virgem tem rendido 500 por um, e que a sementeira de feijão rendia 60 por um...

Apesar de existirem outros cultivos como arroz, hortaliças, frutas e outros relatados por viajantes, a paisagem rural tornou-se característica com plantações de milho e feijão. Os solos mais aptos para essas culturas são.

---

<sup>14</sup> Segundo dados disponibilizados pela EMBRAPA, há três tipos característicos de solos na área atual, que foi ocupada por propriedades identificadas na capitação de 1716: Latossolo Vermelho-Amarelo, Argissolos Vermelhos e Cambissolos Haplicos.

Figura 4: Solos e Capitação em 1716



Fonte: Capitação (1715-1716); EMBRAPA.

Esse recorte espacial mostra duas sesmarias ocupando área de solo argiloso; todas as outras ocuparam áreas de latossolo, com exceção de Domingos Rodrigues, que ocupava área de cambissolo. Todavia, possivelmente dado o conhecimento do terreno, das limitações e das possibilidades do solo, ele solicitou, em carta de sesmaria, mais uma légua de terras fora da

estrada geral para o Rio de Janeiro, mas que ainda fosse contígua às suas: "não só para lavouras, mas para criar gado... e visto o suplente querer esta dita légua de terras para currais de gados, eis por bem conceder a légua para fabricar e cultivar currais de gado...". Isso não quer dizer que suas terras eram incultas, o que não existe em nossa área de pesquisa; afinal, ele possuía uma importante prerrogativa do espaço ao impor distância maior em relação a outras paragens. Portanto, os tipos de solo considerados mais vantajosos comparativamente às propriedades da freguesia do Caminho Novo são proporcionais aos resultados econômicos de 1716. Até quando isso se mantém?

### Dízimos de 1751

Em 1751, devido a critérios de administração e a contratos de dízimos, o recorte espacial aqui avaliado foi reduzido pela exclusão da área do Paraíba do Sul (Garcia Rodrigues) e da propriedade da Borda do Campo (Domingos Rodrigues), ao extremo sul e ao extremo norte, respectivamente. Seguimos com uma escala um pouco mais ampliada e limitamo-nos à freguesia do Caminho Novo.

**Quadro 4:** Dízimos de 1751

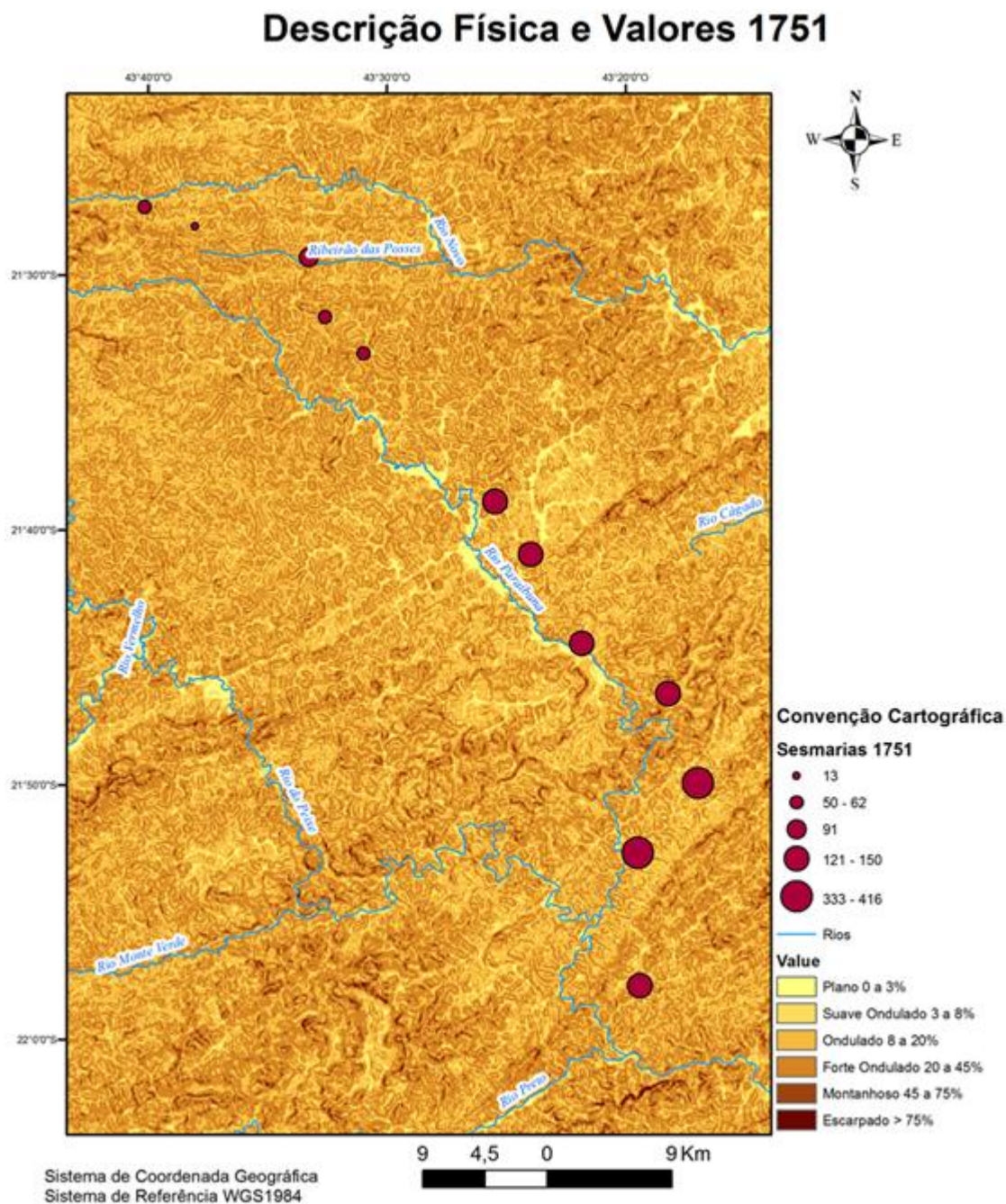
Proprietários	Oitavas	Orientação
Antônio Vidal	126	Centro
José Machado Morais	333-1/4-2	Sul
Domingos Gonçalves Chaves	416-1/2-51/2	Centro
Francisco Gomes Fernandes	91-1/2- 51/2	Norte
Matias da Silva	50	Norte
Luiz Alves	54-O-5	Norte
Manuel Fernandes	13-1/4-4	Norte
José de Macedo Cruz	129-O-6	Norte
Simão Rodrigues	150	Sul
José Gonçalves de Almeida	123	Norte
João de Araújo Lima	51-1/2-6	Centro
Hipólito Gonçalves Lajes	121	Centro
Dr. Cost[antino] Ferreira Ribeiro	62-1/2	Norte

**Fonte:** Dízimos da Freguesia do Caminho Novo em 1751.

As propriedades de Pedro Dias, herdeiro de Garcia Rodrigues, por exemplo, não foi analisada em nosso recorte, pois uma parte das terras estava localizada em outra capitania; assim como a área de Domingos, pois estava em outra freguesia. Uma variação espacial demonstrada nessa tabela cabe ser considerada:

as propriedades que mais contribuíram e que, conseqüentemente, mais produziram, mantiveram suas localizações no centro-sul da região.

Figura 5: Relevo por Dízimos e Módulos rurais de 1751



Fonte: Dízimos de 1751; TOPODATA (INPE); IBGE.

A Figura 5, “RelevoporDízimose MódulosRurais”, relaciona aspectos físicos já vistos e revela que, em 1751, as terras mais baixas foram aquelas que mais destacaram-se por resultados de produção, pois geraram os maiores quantitativos de impostos. O centro sul do recorte (Figura 3) manteve as propriedades mais economicamente valorizadas.

**Quadro 5:** Sesmeiros por região

<b>Sul</b>	<b>Centro</b>	<b>Norte</b>
Simão Rodrigues	Domingos Gonçalves Lajes	José de Macedo Cruz
José Machado de Moraes	Antônio Vidal	José Gonçalves de Almeida
	Hipólito Gonçalves Lajes	Constantino Ferreira Ribeiro
	João de Araújo Lima	Matias da Silva
		Francisco Gomes Fernandes
		Manuel Fernandes
		Luiz Alves

Fonte: Dizimos de 1751

Dois desses proprietários destacaram-se como os maiores produtores (acima de 300 oitavas): Domingos Gonçalves Lajes e José de Machado Moraes, cada um deles com, pelo menos, o dobro do terceiro maior produtor: Simão Rodrigues. O nível seguinte ficava na faixa de 120 oitavas e continha quatro proprietários (em sequência espacial): Antônio Vidal, Hipólito Gonçalves Lajes, José de Macedo Cruz, José Gonçalves de Almeida. O nível final não alcançava 100 oitavas, com destaque para as 91 oitavas de Francisco Gomes Fernandes; os demais não ultrapassaram 62 oitavas de ouro. O centro sul respondeu pela maior produção e comercialização, dado o que pagaram de dízimos. As vantagens naturais competitivas mantiveram-se durante a primeira metade do XVIII.

### Considerações finais

Em suma, identificamos indícios dos elementos físicos e geográficos para definir os padrões espaciais da riqueza, a saber: (i) em mapas com curvas de níveis, a declividade: em tons mais escuros, típicos na parte norte, enquanto a porção centro sul apresenta tons mais claros; portanto, conforme a legenda, significam menores ondulações. Com relação ao relevo, observamos que as propriedades que impuseram maior distanciamento espacial e que ocuparam terras com menores níveis de ondulações - que, portanto, eram mais planas -, tiveram melhores resultados econômicos. O resultado da comparação entre posicionamento espacial, valores econômicos e relevo indica

vantagem competitiva natural para módulos rurais na área centro sul, com exceção das terras de Domingos Rodrigues, ao norte. No entanto, ainda é necessário verificar outros aspectos físicos. Em termos de relevo, o centro sul apresentou uma vantagem competitiva natural. (ii) A proximidade das propriedades à montante à jusante: propriedades à jusante parecem mais produtivas; isso corresponde, em teoria, às cheias, as quais levam sedimentos orgânicos e os depositam às margens mais à jusantedos rios, o que torna o solo mais fértil. (iii) Em relação aos solos, a classificaçãoapresentou homogeneidade na maior parte da área, mas há diferenças entre terras com os melhores índices econômicos. À guisa de conclusão: a) a primeira configuração espacial dos módulos rurais entre 1716-1751 foi identificada, b) o relevo apresentou um padrão específico que coincidiu com os maiores resultados econômicos no centro sul da freguesia do Caminho Novo. Mesmo ao verificarmos o solo, observamos diferenças que podem ter influenciado igualmente os resultados. Esses resultados corroboram a leitura do condicionamento físico geográfico ligado ao processo de uso e ocupação do solo. Assim, a influência desse condicionamento foi confirmada pelos melhores resultados averiguados através dos dízimos que comprovaram a existência de vantagens comparativas, tão somente em função da escolha da localização da propriedade.

## Referências

AMANTINO, M. “No Caminho Das Minas, os jesuítas não Eram Bem-Vindos: Conflitos e Disputas de Poder na Capitania do Rio De Janeiro, 1756-1759”. **Locus: Revista De História** 26 (2):342-58. (2020) 2021 <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30127>.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. “Uma discussão Sobre O Mercado De crédito Em Juiz De Fora Na Segunda Metade Do século XIX”. **Locus: Revista De História** 20 (2). (2016) 2021. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20774>.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1982.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Zahar, 1987.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, v.I. 1983[1949].

COUTO, J. V. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas - 1749. **Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)**, Belo Horizonte. v.

10. 1904 [1779].P.77. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=3973>Acessado: Setembro 2014.

CARRARA, Â.A. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

CARRARA, Â.A. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674 - 1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA Arroz e Feijão. Embrapa Milho e Sorgo. **Sistema de Produção**, 1. ISSN 1679-012X Versão Eletrônica - 6ª edição. Set./2010 Disponível em: [http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho\\_6\\_ed/manejomilho.htm](http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_6_ed/manejomilho.htm) Acessado: Janeiro 2021

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. - Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

ESTEVES, A. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 3 ed. Juiz de Fora: Funalfa. 2008.

FREIRE, J. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX. In. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 299-326, jan./jun. 2009.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do homem**. Tradução Waltensir Dutra. Zahar, 1972.

MATOS, Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**. São Paulo: Edusp; Itatiaia. 1981.

PIRES, A. **Café, Finanças e Indústria**. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2009. v. 01. 428p.

LANNA, A. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. **Anais do V Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP**, 1986.

MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). **Brasil Visto do Espaço**. Campinas: **Embrapa Monitoramento por Satélite**, 2004. Disponível em: <http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br>. Acesso em: 10 out. 2020.

MOTTA, M. M. M. **Nas Fronteiras do Poder**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura. 1998.

MUSSI, R. F. F. et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 414 - 430, jan. 2020. ISSN 2359-0424. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193>. Acesso em: 04 ago. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.41193>.

OLIVEIRA, M. R. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 - 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

POLLIG, J. V. **Apropriação de terras no Caminho Novo**. 2012. (Dissertação de Mestrado em História). UFRJ. Rio de Janeiro. 2012.

RESENDE, E. M. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano II - n. 2 - Barbacena - jun. 2009 - p. 121-143.

ANDRADE, V.F.S. A alocação da riqueza na Zona da Mata mineira. São Paulo do Muriaé, 1846-1888. **CLIO** (RECIFE), v. 36, p. 55-72, 2018.

TABOSA, A.S. **Nomisma, riqueza e valor em Homero, Platão e Aristóteles**. 2014.(tese de doutorado) – Filosofia, Unicamp.

### Fontes:

ABU-Conselho Ultramarino - Brasil/MG-Cx: 35, Doe 24; Capitação(1716); ArquivoPúblicoMineiro/ColeçãoCasadosContosdeOuroPreto/volumes1012e1019. Dízimos; 1750-1753: Comarca do Rio das Mortes - Arquivo Público Mineiro/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/volume 2030. In. Apud. CARRARA, Â.A. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674 - 1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

[MAPAS da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco]. [17--]. 3 mapas ms, desenho a tinta ferrogálica, 52,5 x 64. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543743/cart543743.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543743/cart543743.pdf).

Acesso em: 26 Aug. 2023. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543743/cart543743.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543743/cart543743.html). Acesso em: 26 Aug. 2023.

---

**Recebido em:** 18 de junho de 2023

**Aceito em:** 07 de agosto de 2023

---